

## **REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA**

Adriene Rodrigues Cunha<sup>1</sup>, Cátia Oliveira Macedo<sup>2</sup>, Katarina Fagundes Aragão<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discente do curso de Licenciatura Plena em Geografia, na Universidade do Estado do Pará. E-mail: adrienerodriguescunha@gmail.com

<sup>2</sup> Professora da Universidade do Estado do Pará-UEPA e Instituto de Educação Federal do Pará-IFPA. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-USP. E-mail: catiamacedo@yahoo.com.

<sup>3</sup>Discente do curso de Licenciatura Plena em Geografia, na Universidade do Estado do Pará. E-mail: katarina\_fagundes@hotmail.com

*Artigo recebido em 01/05/2020 e aceito em 09/05/2020*

---

### **RESUMO**

A reprodução social camponesa se constitui no universo da subordinação da terra ao capital, representando um paradoxo que é próprio do capitalismo. Inúmeras são as estratégias dessa reprodução, entre elas, a família, o trabalho e a religiosidade, características que, no decorrer deste trabalho, foram identificadas na comunidade do Cravo, localizada no Nordeste paraense, uma região marcada por conflitos em função do avanço do agronegócio do dendê. Assim, a partir deste recorte espacial, buscamos discutir como o campesinato se reproduz na Amazônia, frisando a importância da terra e do território e, quais as especificidades que carrega consigo.

**Palavras-chave:** Reprodução Camponesa; Território; Família.

### **RESUMEN**

La reproducción social campesina se constituye en el universo de la subordinación de la tierra al capital, representando una paradoja característica del capitalismo. Existen innumerables estrategias para esta reproducción, incluidas la familia, el trabajo y la religiosidad, características que, en el curso de este trabajo, se identificaron en la comunidad del Cravo, ubicada en el noreste de Pará, una región marcada por conflictos debido al avance de los agronegocios de aceite de palma. Por lo tanto, desde este punto de vista espacial, buscamos discutir cómo se reproduce el campesinado en la Amazonía, enfatizando la importancia de la tierra y el territorio y qué especificidades conlleva.

**Palabras clave:** reproducción campesina; Territorio; Familia

### **INTRODUÇÃO**

A discussão em torno da tragédia social dos camponeses atravessa o século XX e por mais que pareça adormecida, insiste em nos manter vigilantes porque recorrentemente assume a dianteira do debate referente a questão agrária brasileira. Na Amazônia paraense o avanço do agronegócio do dendê tem se apresentado como um dos responsáveis por nutrir esse tema. De um lado, pesquisadores que veem nesse processo a edificação de um campo sem camponeses (NAHUM, 2012, 2014) e de outro, os que defendem a permanência e recriação do campesinato como consequência do processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capital (MARTINS, 1991; OLIVEIRA, 2007).

Nos afastamos dessa querela, pelo entendimento de que o que está em jogo no processo de expansão do capitalismo no campo, é a sujeição da renda da terra pelo capital e

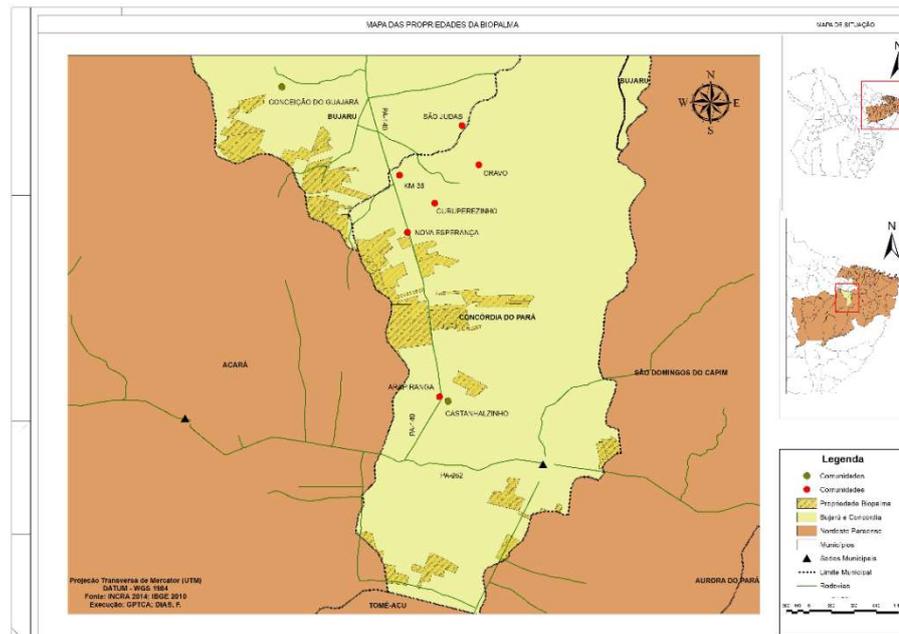
esta ocorre na esteira da sujeição do trabalho camponês. Oliveira (2007, p.12) nos ensina que não se trata de uma sujeição formal do trabalho ao capital, mas “a sujeição do campesinato ao capital (...), sujeição sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção”.

Desta forma, a constância dos camponeses na sociedade capitalista resulta da própria contradição do capital, se expandindo no campo sem, contudo, expulsar e proletarizar necessariamente todos os trabalhadores e trabalhadoras. Como observa Martins, “é que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios e reconquista autonomia do trabalho” (MARTINS, 1991, p.18), reconquista esta que ocorreu e ocorre sob diversas formas na Amazônia. Assim, a reprodução camponesa quase sempre se faz no universo da subordinação da renda da terra ao capital e, por conseguinte da persistente garantia da autonomia relativa, quanto a propriedade, ao trabalho e ao território. Isso só é possível e se os camponeses forem capazes de responder aos desafios com relação ao crescimento e diversificação da produção, a dinâmica do trabalho familiar, enfim, da lógica reprodutiva baseada na família que é própria da racionalidade camponesa.

O processo de integração e subordinação da produção camponesa aos complexos agroenergéticos, neste contexto, ao agronegócio do dendê no Nordeste paraense (BACKHOUSE,2013) tem retroalimentado as tensões entre terra de trabalho e terra de negócio (MARTINS,1991) nessa região da Amazônia. Para além da luta pela terra o que está posto neste novo cenário desta região, é a garantia do território e de bens comuns, tais como a terra e a água, e conseqüentemente das redes de relações e tramas que se constituem a partir deste. A tentativa de controle desses bens, por parte da agricultura capitalista tem despertado nesses camponeses, estratégias de luta, que articulam dimensões materiais, simbólicas e identitárias.

É neste sentido, que nos propomos discutir a reprodução social camponesa no Nordeste Paraense, área privilegiada do agronegócio do dendê no estado. Mais especificamente, discutiremos as estratégias utilizadas pelos camponeses na manutenção e recriação das suas práticas produtivas, culturais e religiosas. Nosso lugar de fala é a Comunidade do Cravo localizada as proximidades da PA 140 na divisa dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará.

**Figura 1 - Mapa de localização**



**Fonte: Trabalho de campo, 2018**

Privilegiamos em nossa análise, a família extensa, os sítios e sua dinâmica territorial, definindo a partir deles as estratégias e técnicas de pesquisa. Foram aproximadamente um mês em campo, dividido em dois momentos. O primeiro quando levantamos dados sobre a comunidade e sua geo-história e, o segundo, quando adentramos as casas e percorremos os espaços da produção, da sociabilidade mais íntima das famílias, bem como do lazer, das festas e rezas.

Durante esse período, evidenciamos os desafios e as estratégias da luta pela terra e território, sendo tecidas no cotidiano, construídas a partir de velhos e novos arranjos que conspiram para a reprodução social camponesa, destacando os arranjos territoriais constituídos a partir dos sítios, pois estes reúnem diferentes gerações de filhos, netos e bisnetos, numa espécie de oca que permite a intensificação do convívio no interior da família extensa. No sítio, as fronteiras entre propriedade individual e coletiva esmaecem, assim como as diferenças entre espaço de trabalho, de diversão e sociabilidade.

## **O TERRITÓRIO DA PESQUISA**

A reprodução do campesinato, enquanto classe, modo de vida e ordem moral (WOORTMANN, 1990), tem se perpetuado ao longo do tempo a partir de inúmeras estratégias desenvolvidas por esses sujeitos a fim de driblar as mudanças econômicas e

estruturais da sociedade que desconsideram sua legitimidade, especialmente no sistema capitalista vigente, que admite apenas duas classes: burguesia e proletariado.

A comunidade do Cravo, formada na primeira metade do século XX, passou nas últimas décadas por significativas transformações. Na década de 1990, essa população mergulha no debate étnico racial reivindicando para si a identidade quilombola. Nesse mesmo período, chama atenção o progressivo aumento do número de unidades domésticas, que salta de 100 em fins do século XX, para 220<sup>1</sup> em 2010; a expansão das igrejas neopentecostais, que eram inexistentes até os primeiros anos deste século, assim como a chegada do aparato técnico, (energia elétrica (1995) tv a cabo, telefone, internet e outros).

A ocupação dessa região no Nordeste paraense remonta o avanço sobre as terras do Rio Bujaru, ainda no Brasil colonial. Quanto as terras da Comunidade do Cravo e sua formação data do início do século XX pelos bisavós dos patriarcas e/ou matriarcas desses sítios, contudo, o domínio dessas terras ocorrera somente nos anos de 1970, quando da regularização fundiária empreendida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no Nordeste paraense, em particular na Microrregião de Tome-Açu. Nesse momento, delimitou-se o lote pelo limite de respeito, garantindo ao grupo familiar permanecer na área já ocupada por gerações anteriores. Em média os lotes foram demarcados com área entre 70 e 90 hectares de terra.

A partir dos primeiros anos do século XXI, esse campesinato, passou a conviver de diferentes formas com o agronegócio do dendê, quer seja pela proximidade física do território da palma, pelos contratos de trabalho de seus moradores e a empresa<sup>2</sup> e ou pelas narrativas de desenvolvimento regional versus conflitualidades que percorrem esses municípios desde o limiar do século XX.

Neste interim, a luta pelo território se constitui, como uma possibilidade de garantia do modo de vida, e suas potencialidades, forjadas a partir da relação com a terra, e da constante ressignificação de ser e viver nela. O trabalho familiar na terra, permite aos camponeses “estabelecerem uma teia de relações sociais que se configuram numa especificidade diante das relações capitalistas de produção” (ROSA& STACCIARINI, 2016, p.107).

A partir da relação terra, trabalho, família e religiosidade é possível explicitar as especificidades da reprodução social desse grupo. Através do sitio camponês, desvendamos a divisão do trabalho (na roça, nos quintais e na casa), as decisões em torno do que produzir

---

<sup>1</sup>Dados recolhidos com os agentes de saúde da Comunidade.

<sup>2</sup>Biopalma Vale, ou Biovale, empresa produtora de óleo de palma que possui quatro polos de produção na região do vale do Acará e baixo Tocantins no Pará.

como produzir, a socialização do trabalho e dos espaços (casa de farinha, igarapés e quintais), a solidariedade entre os membros do grupo, a partilha e as oferendas e festas de santos que constituem a estrutura social desse campesinato.

## **TECENDO A REPRODUÇÃO CAMPONESA: TERRA, TRABALHO, FAMÍLIA E RELIGIOSIDADE**

Inúmeros estudos sobre o campesinato brasileiro, apontam para a relação terra - trabalho e família, como elementos nucleares dessa estrutura social (WOORTMANN, 1987, WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, MARTINS, 1991). Todas as demais dimensões, portanto, do modo de vida camponês se constituiriam a partir dessa relação. Isto significa que não é possível pensar estas categorias de maneira independente, pois uma complementa a outra.

A terra é muito mais que um meio de produção, é um elo entre a família e Deus, como destaca M.S.C<sup>3</sup>, 90 anos,

“Recebi essa terrinha do meu pai e daqui nunca sai. Minha terrinha é minha vida. A terra é graça de deus. Meus filhos já foro e já viero, mas eu foi ficando aqui. Digo que daqui só pro cemitério. Foi uma tristeza muito grande quando meus filho foro pra Belém, eu até pensei em ir também, e fui, fiquei só um tempo lá. Despus ficava me perguntando o que tava fazendo lá, era igual um peixe fora d’água? Agora quase tudo já vortou. Tem aqui meus filho, neto, todo mundo reunido”.

Tal assertiva se aproxima do exposto por Woortmann no texto com “Com Parente Não se Neguceia, o Campesinato Como Ordem Moral”. Para este a terra, é um bem comum, que se realiza através do trabalho, não se enquadrando portando, na condição de simples mercadoria.

Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (1987, p. 12).

É na terra que se realiza o trabalho familiar e através do trabalho se reforçam laços afetivos. Na comunidade do Cravo, soma-se a essas categorias nucleares a religiosidade, pois a mesma se constitui num elo articulador das relações que concorrem para a reprodução desse campesinato, no sentido da demarcação de papéis na comunidade, e mesmo da consolidação

---

<sup>3</sup> Todas as entrevistas foram realizadas na Comunidade do Cravo, entre os meses de maio e junho de 2018. Optamos por usar as iniciais do primeiro e segundo nome como estratégia de manter uma certa discrição com relação aos entrevistados. Contudo, obtivemos o consentimento das 20 famílias para o uso de suas falas.

desse território, quando da sobreposição entre o território da santa e o território da comunidade.

Terra e religiosidade apresentam-se intimamente relacionados, assim como religiosidade, família e trabalho. Ousamos afirmar que a religiosidade se coloca como uma força catalizadora que atua diretamente na garantia do território e da vida, na medida que interfere nas relações sociais, econômicas e culturais. O apego à terra é evidente e se expressa de diversas maneiras: desde o retorno de muitas pessoas nascidas na comunidade que em algum momento migraram para as sedes dos municípios e/ou comunidades rurais vizinhas, até as declarações dos que nunca saíram:

“Aqui na comunidade é muito tranquilo, nem se compara com a violência de Belém, é muito melhor estar no Cravo” (C.S, 54 anos).

“O lugar mais lindo para mim é no Cravo, nunca sai daqui, daqui só pro pai eterno” (E.S.C, 80 anos).

“Teve um tempo que meus filhos queriam muito que eu fosse morar em Belém e eu chorava escondida pra não ir e eu tinha saudade da minha mãe ficar, nós fomos e só passamos 3 meses lá em Belém, meu esposo não se acostumou e eu não me acostumo em Belém mas não me acostumo mesmo, e voltamos de novo” (A.C.M, 83 anos).

Buscamos aqui demarcar rapidamente, os elementos que compreendem a reprodução social camponesa na Amazônia paraense. Tentaremos aqui mostrar esse processo a partir das referências empíricas da Comunidade do Cravo. Além da subordinação da renda da terra ao capital, entendemos que a existência e recriação camponesa não resulta apenas de uma concessão do capital, mas da sua capacidade de se reinventar em meio a contextos a diversos (o caso do “gato de sete vidas”), controlando seu tempo e sua vida. Além destes processos, temos que considerar fatores como a ação dos movimentos sociais, e as políticas públicas.

## **“TUDO QUE A GENTE PRANTAR A GENTE TEM” - FAMÍLIA, PRODUÇÃO E COMÉRCIO**

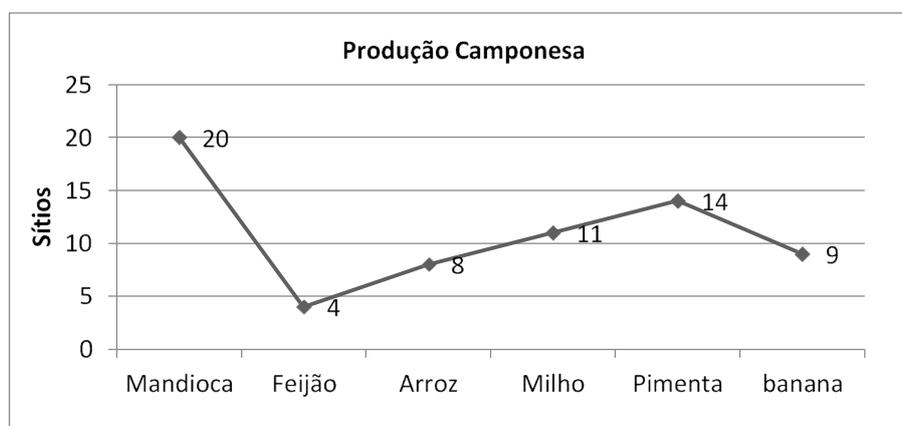
Para os camponeses do Cravo, a relação com a terra resulta da relação com o trabalho e deste com a produção. Assim, a terra só tem sentido se for para produzir e garantir a reprodução do grupo. “Só quero terra se for para trabalhar, se não trabalho ela não tem serventia”, destaca V.C. Enquanto para o capitalista a propriedade da terra significa a possibilidade da exploração do trabalho de outrem, para o camponês a propriedade da terra é condição de trabalho livre. Assim, “não vende sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho, que nasce como sua propriedade”. (MARTINS, 2003, p. 60).

De modo geral a produção na unidade doméstica se concentra especialmente na produção de mandioca (roça de verão e a roça de inverno), podendo produzir além desse tubérculo o milho, arroz, feijão, banana, melancia, verduras e pimenta. Cada família nuclear possui pelo menos uma roça de mandioca, concentrando nos sítios entre três e quatro, podendo ampliar esse número, por ocasião da construção de uma roça por um filho adulto solteiro. Geralmente a produção da pimenta se encontra sob o controle da segunda e terceira geração. J. C. S (84 anos), relata que,

“Antigamente era plantado muito milho, mandioca, banana, arroz, feijão, algodão e café”. A produção era sempre pra consumir e vender pro comerciante daqui mesmo, e um pouco pra Belém. A gente levava pelo Igarapé, utilizando os casco, a remo e depois tinha barco a motor. Era preciso 3 dias para chegar em Belém e 3 dias para voltar, uma semana de muito trabalho. Hoje meus filho todo planta pimenta e mandioca”.

Observa-se que a referência à produção de café e algodão remonta ao passado, coisa do pai (primeira geração) utilizados predominantemente para o consumo e a partilha. Já a pimenta do reino associa-se sempre ao presente, algo não vivido pela primeira geração e na maioria das vezes de iniciativa dos filhos e netos (segunda e terceira).

**Gráfico 1- Produção camponesa**



**Fonte: Trabalho de campo (Junho, 2018)**

No gráfico 1 observamos a diversidade de produtos oriundos da agricultura camponesa com destaque para seis produtos. Obviamente, a produção dos sítios é mais ampla (cultivo de coco, árvores frutíferas...). Entretanto, destaca-se a produção da mandioca e pimenta, os dois produtos de maior potencial comercial, explicitando uma produção que alia o consumo e a venda.

Verificamos em campo que a produção nos sítios, atende prioritariamente as necessidades da família, corroborando com a tese de Oliveira (2007, p.68) quando afirma que

“sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio”. Isso, por sua vez, não inviabiliza a produção de excedentes, como por exemplo, a mandioca e a pimenta. A primeira compõe a receita básica alimentar desse grupo, ao mesmo tempo, “é a poupança pra necessidade, pra uma coisa urgente” de acordo com as palavras de D. A. (90 anos). Já a pimenta, é uma produção destinada especificamente para a venda.

Ao tratarem do excedente produzido na unidade camponesa, Sousa e Conceição (2010, p.67) nos ensinam que,

“Aquilo que o camponês comercializa não é a sobra, é o produto, que resulta de critérios estabelecidos por ele. Nesse sentido, quando faz a colheita, já tem uma ideia daquilo que pode reter para garantia de sua vida e o que pode retirar como semente para o próximo plantio, bem como o que pode ser vendido”.

Essa contabilidade, do que é para comer ou vender, resulta da compreensão desse campesinato com relação a reprodução do grupo. “O frango e os ovos é pra necessidade da casa, e pra uma vendinha” relata, N.O.M. Da mesma forma o açaí e a farinha, que atendem as necessidade da receita básica alimentar mas entram em circulação no mercado.

**Figura 2 - Produção do sítio de seu N.O.M**



A produção nos sítios, é muito diversificada, como podemos observar nas fotos acima. Tal diversidade aparece na fala dos camponeses, como resultado da preocupação de ter o mínimo controle com relação a reprodução do grupo doméstico. “a gente tem quase tudo aqui, farinha, feijão, frango, ovos, macaxeira, seria difícil se dependesse do supermercado” diz N.O.M. Trata-se da negação da dependência do mercado, especialmente com relação a comida. Assim, observa-se um certo orgulho de não ter que buscar comida no mercado.

## **“A GENTE VAI PRA ARRUMAR UMAS COISINHA” - A FAMÍLIA E O ASSALARIAMENTO**

Até o último quartel do século XX, o número de trabalhadores assalariados na comunidade se resumia aos funcionários da prefeitura (em sua extrema maioria oriundos da sede do município). Já o trabalho acessório era mais recorrente especialmente nos períodos de colheita do arroz e do feijão e na fabricação da farinha. Neste momento, poucos membros das famílias haviam experimentado o trabalho assalariado formal, concebendo o trabalho predominantemente atrelado as relações familiares.

Em número bastante reduzido o contato dos camponeses do Cravo com o assalariamento podia ocorrer ainda pela migração de membros dessas famílias para Belém e ou cidades vizinhas fazendo retornar algum tipo de renda, quase nunca em dinheiro, mas “rancho” (alimentos adquiridos em supermercados), material para a melhoria da casa, remédio, material de trabalho e outros. “Meus filho que foro pra Belém sempre dero uma ajudinha, principalmente com rancho”, relata, N. M (84 anos).

Na atualidade, contudo, o assalariamento tornou-se uma realidade na comunidade, seja no funcionalismo público ou na iniciativa privada. O primeiro se deve a ampliação da escolaridade dos jovens passando a disputar as vagas em concursos públicos municipais e, o segundo à inserção de jovens menos escolarizados nas empresas produtoras de dendê.

Diferentemente dos pais que disseram trocar a roça pela escola, os netos e bisnetos o fazem concomitantemente. Assim, pelo menos um integrante de cada sítio possui ou cursa o Ensino Superior (geralmente licenciatura em andamento ou já concluída, através dos programas de formação de professores do governo federal, seja em processos convencionais e ou em especiais, como por exemplo no vestibular indígena ou quilombola). Isso por sua vez, alterou o quadro do funcionalismo, que hoje é predominantemente local.

Macedo e Sousa (2015) no texto “Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas”, salientam que a partir

de 2008, com a territorialização do agronegócio do dendê no Nordeste paraense em particular no município de Concordia do Pará, ocorreu intensa incorporação de camponeses nas atividades ligadas ao dendê pela empresa Biopalma. Em trabalho de campo realizado em 2013, contabilizamos na comunidade aproximadamente 50 assalariados.

Nesse momento observamos que o assalariamento nos campos de dendê reordenou, de certa forma, a divisão do trabalho nas comunidades. Assim, em muitas situações o trabalho foi redirecionado para outros membros da família, a exemplo da farinha que se tornou uma atividade quase exclusiva das mulheres. Além disso, verificou-se o uso do trabalho acessório para a construção da roça, e da meiação, quando o produto é dividido entre o dono da roça e o fabricante da farinha.

O assalariamento do camponês e sua entrada no mercado de trabalho é ponto controverso para os teóricos do campesinato. Almeida e Paulino (2000, p.118) salientam que,

“(...) a inserção no mercado de trabalho, que para teóricos como Kautsky seria sinônimo de proletarização, foi interpretada como recurso para a manutenção da condição camponesa. Para Chayanov, essa não se confundiria com a postura burguesa de acumulação, pois lógicas distintas mediavam as explorações capitalistas e camponesas. Apesar das unidades camponesas buscarem a melhor remuneração possível, não estavam fundamentadas na lógica do lucro”

Se no passado (década de 1970 e 1980) o assalariamento dependia da mobilidade e migração desse campesinato, no cenário atual, de territorialização do agronegócio do dendê, o assalariamento de integrantes das unidades camponesas é possível sem que haja essa separação entre unidade doméstica e trabalho assalariado. No caso do Nordeste paraense, o assalariamento nos campos do dendê em muitas situações tem coexistido com o trabalho familiar, como mostrado por (MACEDO & SOUSA, 2015 e SOUSA, 2018).

Corroboramos com Sousa (2018) quando afirma que,

“A corrida pelo assalariamento não se constitui pela ineficiência da agricultura camponesa, mas pela desvalorização da produção da roça, originando a vulnerabilidade dos preços dos produtores temporários e perenes do sítio camponês. Isso leva integrantes familiares a saírem em busca do trabalho assalariado, da realização do trabalho acessório”.

Nos sítios o salário de seus integrantes é investido diretamente na unidade doméstica, tornando-se um reforço para a sua reprodução. Assim, trabalho na roça e trabalho assalariado se apresentam como complementares, como expõe J. O. (73 anos),

“A gente não quer ficar sem a roça, só se for por que não teve jeito mesmo. Da roça a gente tem pro consumo e pra vender. Quando a situação aperta a gente paga pra fazer a roça e vai cuidando como dá. O dinheiro que entra, ajuda muito, por que a gente compra uma coisinha, agora acabamo de arrumá o retiro comprando uma

chapa nova. O salário é bom e ruim. Bom por que a gente tem como comprar essas coisinha e ruim também por que na precisão da roça a gente fica aperreiado”.

No contexto neoliberal e de avanço do agronegócio no campo, o assalariamento não requer necessariamente a saída do campo para a cidade, mas a fuga do trabalho familiar para atividades ligadas ao agronegócio. Nossa pesquisa indicou que pelo menos um dos integrantes dos 21 sítios possuem alguma renda oriunda seja do funcionalismo público, seja do monocultivo do dendê, das atividades nos comércios locais, e das atividades domésticas, particularmente cuidado com a casa e idosos.

Na maioria dos casos o assalariamento serve como uma complementação da renda, permitindo a família consumir produtos como, eletrodomésticos, internet, tv a cabo, veículos motorizados e etc. Além disso, parte dessa renda é aplicada na melhoria das condições de trabalho a exemplo da melhoria da casa de farinha), e da diversificação da produção (preparo do pimental, criação de animais e outros).

Vê se muito claramente que a entrada do salário/dinheiro na unidade doméstica amplia a possibilidade de manutenção da unidade campesina, ampliando a possibilidade dos cultivos e criação de pequenos animais. Como exemplo do sítio de N.O.M (40 anos) que se desdobra entre o trabalho na cidade de Belém e na roça. Seu N.O.M, trabalha na capital do estado pelo menos três meses ao longo do ano. Em Belém, trabalha como pedreiro e o dinheiro conseguido emprega na melhoria do sítio, diversificando a produção e garantindo assim, maior autonomia.

Na contramão do trabalho assalariado e o julgamento apressado da proletarização, a ajuda mútua e o mutirão, se apresentam como alternativa para a realização de determinados serviços na comunidade (limpeza do cemitério, dos ramais e arraial). Desta forma, os laços de solidariedade e vizinhança atravessam os limites do sítio e do parentesco.

## **“AGORA É CADA UM NA SUA IGREJA” - A FAMÍLIA, A RELIGIOSIDADE E A FESTA**

“A comunidade começou aos poucos, através das rezas na casa de um senhor. Desde então o número de moradores foi aumentando”. (J.P, 76 anos)

“Hoje tá cada um na sua igreja, a gente já nem sabe mais quantas são do tanto de igreja que tem aqui, mas nós continuamos a comunidade. Temo a festa da santa a nossa padroeira, agora o círio. A gente continua a comunidade” (A.M, 83 anos)

Sobre a relação entre campesinato e religiosidade Oliveira (2009, p.199) expõe que, o papel da religiosidade camponesa diante desse mundo em transformação tem, em

consequência, de ser entendido em seus aspectos internos e externos, para que se possa dar conta de seu significado como prática social e como uma linguagem do ponto de vista cognoscente.

Na comunidade do Cravo, pode-se apontar a forte presença da religiosidade (expressa pelo catolicismo) e o sentimento de pertencimento como os principais elementos estruturantes da reprodução camponesa. Segundo os relatos de campo, o Cravo se desenvolveu a partir da igreja, as festas de santo eram um verdadeiro atrativo demográfico. Assim, os primeiros moradores se firmaram na comunidade e passaram a organizar-se coletivamente em função da religiosidade, estabelecendo relações de amizade durante as rezas aos santos e os mutirões para construir a capela.

Observamos que a história da comunidade se entrecruza, se emaranha e mesmo se confunde com os acontecimentos religiosos. Assim, tempo e espaço podem ser revelados a partir das referências, como, a construção da capela, a compra da primeira imagem, a primeira festa da santa, o primeiro pároco, a criação do Círio e muitos outros. Sobre o início da comunidade, A.S (83 anos) relata,

“Papai, tio João Braga e mais gente, fizeram a primeira capela, a gente era menina, quase mocinha, e tudo começou. Era bonito ver a união do povo pra construir a capela e depois nas novenas. Todo mundo participava, um carregava barro, areia, todo mundo trabalhou na construção da nossa capela. Foi assim que formamos a comunidade e tá ai até hoje”

Observamos por meio do excerto acima que através da religiosidade se constituiu na comunidade do Cravo, uma rede de sociabilidade e reciprocidade entre as famílias, que se veem como iguais, ligados a terra, e atrelados a uma coletividade com crenças e valores singulares. Nesse universo, a festa da santa constitui um território religioso, um momento de encontros e reencontros, mas especialmente período devotado à santa, quando todas as dimensões (econômica, política e social) da vida se voltam para ela.

Ao mesmo tempo em que a festa se opõe ao dia a dia de trabalho na roça, destacando-se como momento de lazer, configura uma espécie de complemento, na medida em que tem sua origem no trabalho coletivo de parte dos moradores da comunidade. É da roça que vêm os produtos que garantem renda à festa, através dos bingos e leilões, e é da festa que sai o dinheiro para a melhoria da igreja, da casa paroquial e outros.

Em tempos de diversidade religiosa, decorrente da entrada na comunidade de novas denominações religiosas (Assembleia de Deus, Igreja Quadrangular e outras), identificamos, de certa forma, nas relações e ações dos católicos a centralidade da vida religiosa na comunidade. Porém, não podemos perder de vista o campo de tensão que se estabeleceu na

comunidade com a presença de novas igrejas. Transcorrido aproximadamente 10, 15 anos do avanço dos neopentecostais, essas tensões tendem abrandar sem, contudo, desaparecer.

## CONCLUSÃO

A reprodução camponesa se manifesta de diversas formas, traduz-se em práticas, pensamentos e sentimentos que caracterizam de forma peculiar o modo de produção, bem como o modo de ver e viver (n) o mundo. Em geral, o trabalho familiar, a reciprocidade, entre outros fatores os quais fala Tavares dos Santos (1978), se mostram como os principais elementos constitutivos de uma resistência, entretanto, o campesinato não é homogêneo, assim, esta pluralidade interna é um convite para a identificação de particularidades nas diferentes regiões.

A comunidade do Cravo é marcada por intensos laços de coletividade, solidariedade e reciprocidade, nela se configura uma íntima relação entre terra, trabalho, família, religiosidade e parentesco, além de abranger a coexistência do trabalho familiar e assalariado. A unidade territorial do sítio constitui um elo que viabiliza e fortalece a reprodução camponesa, este elo pode ser compreendido em função da religiosidade, uma vez que esta constrói estratégias de reprodução pautadas muito mais em uma sociabilidade do que em uma “razão” economicista.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. de; PAULINO, E. T. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária**: breves considerações. *Revista Geografia*. Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia**: O caso de investimentos em dendê no Pará. *Fair Fuels? WorkingPaper 6*, Berlim, 2013.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 19, p. 302-331, 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/10740/8817>. Acesso em: 15 de outubro de 2018. ISSN: 1517-4689.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia: A dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins**. Paris, v.16.p-1-20, 2012.

NAHUM, J. S.; et al. **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014.158 p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ROSA, M. N; STACCIARINI, J. H. R. Modo de ser e de viver: as estratégias de reprodução camponesa na Comunidade Ribeirão em Catalão-GO. In: **Estudos interdisciplinares em ciências ambientais, território e movimentos sociais**. NEVES, Adriana Freitas (org.). São Paulo: Blucher, 2016. 189 p.

SOUSA, R. A. D. de; CONCEIÇÃO, A. L.O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Pegada**: São Paulo, v. 11, p. 64-76, 2010. Disponível em:<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1705/1647>. Acesso em: 11 de outubro de 2018. ISSN: 1676-3025

SOUSA, R. B. de. **Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no nordeste paraense**. 2018 Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, UFF. Rio de Janeiro. 2018.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978. 182 p.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, v. 87, Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. 192 p.